

## CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS

### ECONOMIA

#### QUESTÃO 51

A escassez de recursos impõe limite máximo à quantidade de bens que uma sociedade poderá produzir em determinado período, situação conhecida como fronteira ou curva de possibilidades de produção (CPP). O formato côncavo da CPP em relação à origem é devido

- A à CPP dinâmica.
- B ao custo marginal.
- C à lei dos rendimentos decrescentes.
- D ao pleno emprego dos recursos.
- E à lei dos custos decrescentes.

#### QUESTÃO 52

Uma curva de indiferença (CI) representa graficamente os pontos que descrevem as diferentes combinações de bens em um mesmo nível de utilidade ao consumidor. O que justifica uma inclinação negativa da CI é

- A o mapa de indiferença.
- B a restrição orçamentária.
- C o custo marginal.
- D a utilidade marginal crescente.
- E a taxa marginal de substituição.

#### QUESTÃO 53

A relação entre a quantidade demandada do bem  $i$  ( $q_i$ ) e a renda dos consumidores ( $R$ ) pode ser expressa pela demanda do tipo  $q_i = f(R)$ , em que as preferências dos consumidores, os preços do próprio bem  $i$ , dos seus bens complementares e dos seus substitutos são mantidos constantes. Nesse contexto, um aumento na renda que leve à queda na demanda do bem  $i$  ocorrerá

- A devido ao efeito substituição.
- B devido à elasticidade-preço da oferta.
- C devido à elasticidade-preço da demanda.
- D se  $i$  for um bem inferior.
- E se  $i$  for um bem normal.

#### QUESTÃO 54

Do ponto de vista tecnológico, em uma empresa, economia de escala e indivisibilidade da produção estão associadas a

- A lei dos rendimentos decrescentes.
- B rendimentos decrescentes de escala.
- C produtividade média.
- D rendimentos crescentes de escala.
- E rendimentos constantes de escala.

#### QUESTÃO 55

Assinale a opção que apresenta custo implícito, que não envolve desembolso.

- A custo variável total
- B custo contábil
- C custo médio de longo prazo
- D custo marginal
- E custo de oportunidade

#### QUESTÃO 56

Conforme a teoria econômica, em um mercado onde a empresa não consegue afetar o preço do bem que ela própria produz, o nível máximo de produção a ser atingido é determinado pelo ponto em que a isoquanta mais alta tangencia a isocusto. A inclinação da isocusto, nesse ponto de tangência, será igual

- A à taxa marginal de substituição técnica.
- B aos rendimentos crescentes de escala.
- C ao custo de oportunidade.
- D à CPP dinâmica.
- E à restrição orçamentária.

#### QUESTÃO 57

A análise das estruturas de mercado fundamenta os efeitos da oferta e da demanda, no mercado tanto de bens quanto de fatores de produção. Nesse contexto, a persistência de lucros extraordinários, mesmo no longo prazo,

- A ocorre na concorrência imperfeita.
- B é justificada pela seleção adversa.
- C ocorre no monopólio.
- D ocorre na concorrência perfeita.
- E é justificada pelo paradigma estrutura-conduta-desempenho.

#### QUESTÃO 58

Determinada economia é descrita pelo seguinte sistema de equações:

$$\begin{aligned} C &= 400 + 0,60Y^d, \\ I &= 300, \\ G &= 500, \\ T &= 150, \end{aligned}$$

em que  $C$  = consumo,  $I$  = investimento,  $G$  = gastos do governo,  $Y^d$  = renda disponível e  $T$  = tributação.

Nessa economia, o produto de equilíbrio é igual a

- A 2.665.
- B 2.775.
- C 2.855.
- D 2.455.
- E 2.555.

#### QUESTÃO 59

No modelo IS/LM, em que a taxa de juros é fixada exogenamente pelo governo, aumentar os gastos do governo provocará

- A redução no consumo.
- B aumento na taxa real de juros.
- C redução na demanda por moeda.
- D aumento na oferta de moeda.
- E redução no produto.

**QUESTÃO 60**

Em relação à política monetária e à fiscal em uma pequena economia aberta, com plena mobilidade de capitais e câmbio fixo, assinale a opção correta.

- A** Existe a possibilidade de déficit crônico e persistente do balanço de pagamentos.
- B** Os movimentos das reservas internacionais ficam exógenos.
- C** Movimentos de elevação das taxas de juros internacionais não podem ser esterilizados por intermédio de operações no mercado aberto.
- D** Ampliações da carteira de títulos públicos em posse do banco central são compensadas por reduções na base monetária.
- E** Nesse modelo de economia, o banco central deve abrir mão da política monetária como instrumento de política macroeconômica.

**QUESTÃO 61**

Em um modelo de oferta e demanda agregadas, as instituições do mercado de trabalho produzem impacto real sobre a economia. Se, nesse modelo, o congresso aprovar um conjunto de leis que permitam maior flexibilidade nas relações trabalhistas,

- A** haverá deslocamento da oferta agregada no curto e no longo prazos.
- B** a curva de oferta agregada estará negativamente inclinada no plano preço-produto.
- C** haverá aumento da taxa natural de desemprego.
- D** haverá redução do emprego.
- E** haverá redução do salário nominal.

**QUESTÃO 62**

Em uma economia com câmbio flutuante e mobilidade de capitais, a queda dos salários nominais provocará

- A** redução do emprego.
- B** redução do consumo.
- C** depreciação do câmbio.
- D** redução das exportações líquidas.
- E** redução do produto.

**QUESTÃO 63**

Uma economia monetária apresenta armadilha da liquidez. Nesse caso,

- A** o canal de estímulo à economia pelos juros perde a sua eficácia.
- B** a preferência pela liquidez fica nula.
- C** a política monetária de redução dos juros deverá ser utilizada para estimular a economia.
- D** quanto menor for a propensão marginal a consumir, menor será a inclinação da curva IS.
- E** o banco central perde completamente a sua função de estímulo à economia.

**QUESTÃO 64**

A respeito de agregados econômicos e monetários, assinale a opção correta.

- A** Um aumento do nível de preços reduzirá a demanda por moeda.
- B** Aumentar a taxa de juros dos títulos públicos do tesouro nacional reduzirá a demanda por moeda.
- C** O multiplicador monetário é igual à razão entre a base monetária e os meios de pagamento.
- D** Alterar o compulsório sobre depósitos à vista implicará a criação de moeda.
- E** Um aumento do PIB real reduzirá a demanda por moeda.

**QUESTÃO 65**

Julgue os itens a seguir, relativos às funções econômicas governamentais.

- I O governo federal, ao ter reduzido o preço do óleo diesel nas distribuidoras, em atendimento a reivindicações dos caminhoneiros, atuou, primordialmente, no âmbito de sua função estabilizadora, tendo interferido no mercado por meio da concessão de subsídios e da redução da carga tributária.
- II A utilização de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para financiamentos habitacionais a taxas de juros mais baixas para as classes de menor renda da população exemplifica, essencialmente, a atuação do governo no âmbito de sua função alocativa.
- III A edição de lei governamental que isente da cobrança de impostos os produtos que compõem a cesta básica é um exemplo de ação no âmbito da função distributiva do Estado.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas o item II está certo.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 66**

A Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou novas normas relativas a direitos e deveres dos consumidores de serviços aéreos. As novas normas incluem a permissão para que as empresas cobrem pelas bagagens despachadas.

Com isso, a exemplo de outros países, as companhias aéreas poderão criar políticas próprias para despachar bagagens. Até então, as empresas eram obrigadas a oferecer gratuitamente uma franquia de 23 quilos para passageiros domésticos e de duas malas de 32 quilos para voos internacionais.

G1. Brasília, 13/12/2016 (com adaptações).

A intervenção do Estado no domínio econômico apresentada no texto é uma intervenção

- A** direta por prestação.
- B** direta por participação.
- C** indireta por indução.
- D** direta por absorção.
- E** indireta por direção.

**QUESTÃO 67**

No que se refere às teorias de regulação, a corrente de pensamento que defende a regulação como uma criação exclusiva do Estado, com base no argumento de que há necessidade de correção de imperfeições do mercado ou de estímulo de seu funcionamento, insere-se nas teorias

- A da escolha pública.
- B do interesse público.
- C do interesse privado, em suas abordagens políticas.
- D do interesse privado, em suas abordagens econômicas.
- E institucionalistas.

**QUESTÃO 68**

Acerca das políticas fiscais e monetárias do governo brasileiro, julgue os itens a seguir.

- I A intervenção do Banco Central no mercado de câmbio, por meio da venda de contratos de *swap* cambiais, caracteriza-se como política monetária contracionista.
- II O governo, ao editar medida provisória que adie a vigência de lei que reajusta o salário de seus servidores civis, realiza política fiscal contracionista.
- III A redução da alíquota de encaixe obrigatório sobre os recursos captados por meio de depósitos de poupança é um exemplo de política monetária expansionista.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 69**

Em uma economia, em determinado ano, o governo central apresentou, em unidades monetárias (UM), os seguintes resultados fiscais.

- receita total = 100
- transferências por repartição de receita = 20
- despesas com benefícios previdenciários = 40
- despesas com pessoal e encargos sociais = 30
- outras despesas obrigatórias = 20
- despesas discricionárias = 20
- juros nominais = -25

Nesse caso, a necessidade de financiamento do setor público no período é igual a

- A 35 UM.
- B 55 UM.
- C 5 UM.
- D 10 UM.
- E 30 UM.

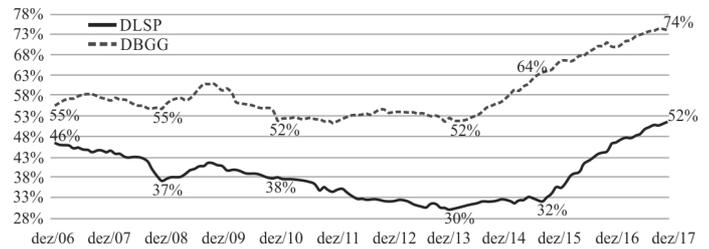
**QUESTÃO 70**

Assinale a opção que apresenta fator que contribui para a melhora do resultado primário.

- A atualização da tabela do imposto de renda
- B redução das despesas com o pagamento de juros
- C contenção do crescimento de despesas de custeio
- D desoneração da folha de pagamento das empresas
- E amortização de parcela da dívida pública

**QUESTÃO 71**

O gráfico a seguir mostra a evolução da dívida líquida do setor público (DLSP) e da dívida bruta do governo geral (DBGG) proporcionalmente ao produto interno bruto brasileiro.



Banco Central do Brasil.

Com relação ao período compreendido entre 2013 e 2015, o gráfico apresenta crescimento da DBGG e quase estabilidade da DLSP. No que se refere à gestão das contas públicas, comportamentos como esse indicam tendência futura de

- A estabilização dos juros líquidos pagos pelo governo, o que contribui para a melhoria do resultado operacional.
- B ampliação da DLSP, devido à diferença de rentabilidade entre os ativos e os passivos do setor público.
- C manutenção da sustentabilidade fiscal, baseada no aumento das reservas internacionais.
- D desaceleração do crescimento da DBGG, derivada do endividamento líquido das estatais, captado na abrangência do governo geral.
- E manutenção do esforço primário necessário para a estabilização da dívida pública, decorrente da possibilidade de venda de ativos do governo.

**QUESTÃO 72**

Com a Emenda Constitucional n.º 95/2016, que instituiu o novo regime fiscal (NRF), buscou-se restaurar o equilíbrio das contas públicas e a sustentabilidade do endividamento público. No que diz respeito aos efeitos desse novo regime no resultado primário, nas despesas públicas e no endividamento público, o NRF

- A impõe maior racionalização sobre a alocação e a priorização do gasto público.
- B estabelece penalidades no caso de ocorrência de déficits primários, ainda que em períodos recessivos.
- C estabelece limites para a dívida líquida do setor público, com a proibição de criação de novas despesas obrigatórias.
- D impõe a geração de resultados primários positivos no curto prazo.
- E estabelece o congelamento das despesas públicas em termos nominais.

**QUESTÃO 73**

Recursos obtidos pelo governo federal com a venda de imóveis funcionais a particulares devem ser classificados, quanto à origem, como

- A receita patrimonial.
- B transferência de capital.
- C outras receitas correntes.
- D outras receitas de capital.
- E alienação de bens.

**QUESTÃO 74**

Tendo em vista os conceitos de resultado primário, nominal, operacional e de necessidade de financiamento do setor público aplicados à economia brasileira, assinale a opção correta.

- A** O resultado primário do governo sofreu forte melhoria com a implantação do Plano Real.
- B** As despesas previdenciárias caíram nos primeiros anos do Plano Real.
- C** Os aumentos reais do salário mínimo melhoram as contas do governo devido ao aumento do consumo e da atividade econômica.
- D** Desde 1995, o resultado operacional do setor público tem sido inferior ao resultado nominal.
- E** O resultado primário inclui a incidência de juros sobre a dívida pública.

**QUESTÃO 75**

A respeito dos planos de estabilização adotados na economia brasileira nas décadas de 80 e 90 do século passado, assinale a opção correta.

- A** No Plano Bresser, os salários não foram congelados.
- B** No Plano Cruzado, os salários foram congelados.
- C** Com os planos de estabilização ortodoxos adotados entre 1981 e 1984, foi possível estabilizar o problema de balanço de pagamentos.
- D** O principal problema do Plano Bresser foi o desabastecimento de álcool no país.
- E** No Plano Cruzado, o problema da inflação era oriundo da crise do petróleo.

**QUESTÃO 76**

No período do milagre econômico,

- A** após 1973, a ampliação dos fluxos de capitais e a redução das restrições externas entraram em evidência.
- B** as desigualdades de renda foram reduzidas.
- C** o II Plano Nacional de Desenvolvimento voltou-se ao desenvolvimento da indústria de insumos básicos e de bens de capital como forma de superar o problema da restrição externa da economia.
- D** os salários cresceram acima da produtividade.
- E** a agropecuária observou ampliação da participação do PIB devido ao avanço tecnológico.

**QUESTÃO 77**

Entre as primeiras medidas anunciadas pelo governo da Nova República inclui-se

- A** a expansão do crédito para reaquecer a economia.
- B** o controle de choque da inflação.
- C** o encerramento das negociações com o Fundo Monetário Internacional.
- D** a implementação de políticas heterodoxas para a reestruturação da economia.
- E** a proibição de contratação de novos servidores.

**QUESTÃO 78**

A respeito da estrutura orçamentária brasileira, assinale a opção correta.

- A** A alienação de bens é classificada como receita corrente.
- B** As receitas provenientes de contribuições sociais são classificadas como receitas de capital.
- C** As despesas com as emissões de papel-moeda fazem parte do escopo da lei orçamentária anual.
- D** As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária são consideradas como receita no orçamento federal.
- E** Os recursos financeiros de caráter temporário não integram a lei orçamentária anual.

**QUESTÃO 79**

Em relação à estrutura tributária e à evolução do déficit da dívida pública brasileira, assinale a opção correta.

- A** As multas são classificadas como receitas correntes.
- B** As receitas decorrentes da colocação de títulos públicos no mercado compõem o resultado primário da União.
- C** As receitas patrimoniais não compõem o resultado primário e, portanto, não são classificadas como receitas correntes.
- D** As receitas financeiras contribuem para a melhoria do resultado primário.
- E** O setor público financeiro faz parte do cálculo do resultado primário.

**QUESTÃO 80**

Considerando o perfil demográfico brasileiro e as condições do mercado de trabalho, assinale a opção correta.

- A** A previdência oficial brasileira oferece mais benefícios que a previdência privada em regime de capitalização.
- B** A taxa de fecundidade no Brasil é superior a dois filhos por mulher.
- C** A concentração de renda no Brasil subiu nos anos 2000.
- D** A diferença salarial entre os gêneros se justifica pelo fato de o nível de instrução dos homens ser mais elevado que o das mulheres.
- E** As diferenças entre as expectativas de vida, aos 65 anos, entre brasileiros e europeus justifica o hiato entre as idades mínimas de aposentadoria evidenciadas no velho continente e no Brasil.

## CONTROLE EXTERNO

### QUESTÃO 81

Um agente público sem aprovação em concurso público foi nomeado, mediante celebração de contrato de trabalho, para assumir um cargo em emprego público efetivo, em razão de necessidade de excepcional interesse público.

O referido ato de nomeação poderá ser

- A anulado, devendo o agente nomeado devolver a remuneração recebida pelo trabalho efetivamente prestado.
- B anulado pelo Poder Judiciário, que invalidará os atos praticados pelo empregado no desempenho de suas atribuições funcionais.
- C revogado pelo Poder Judiciário, independentemente de provocação pelo interessado, considerando-se o menosprezo à exigência de aprovação prévia em concurso público.
- D anulado pela administração pública, de modo que os efeitos da anulação retroajam às suas origens, invalidando-se as consequências passadas, presentes e futuras do ato anulado.
- E anulado, assim como revogados os atos vinculados, os que tenham exaurido os seus efeitos e os que tenham gerado direitos subjetivos.

### QUESTÃO 82

Mais de 450 obras executadas com recursos públicos foram interrompidas em um estado. Foi constatado desrespeito às regras licitatórias, o que possibilitou a emissão de notas fiscais falsas e a participação de empresas não atuantes no ramo e de empresas inexistentes. Devido a essa situação preocupante, o Tribunal de Contas da União (TCU) fixou prazo para que se adotassem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A Mesmo que parte dos processos licitatórios tenha sido regular, o TCU pode indicar irregularidades na execução contratual, como as relativas à forma de pagamento acordada.
- B Para realizar exame de regularidade, o TCU poderá solicitar, até o final do processo licitatório, cópia dos editais de licitação já publicados e sugerir medidas corretivas pertinentes.
- C Havendo débito, o TCU ou o relator, tendo verificado irregularidades, determinará audiência para que o responsável apresente as devidas justificativas.
- D Detectada a prática de ilegalidade, cabe ao TCU determinar, de forma autônoma, a sustação imediata dos contratos firmados.
- E Compete ao TCU averiguar o mau uso de recursos públicos e determinar a quebra do sigilo bancário dos envolvidos.

### QUESTÃO 83

O controle externo da administração pública

- A avalia o cumprimento das metas previstas no plano plurianual bem como a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- B é hierarquicamente superior ao controle interno de cada órgão.
- C pode ser realizado de forma ampla e irrestrita.
- D pode invalidar atos produzidos que infrinjam a legislação.
- E é competência do Poder Executivo, com auxílio dos tribunais de contas.

### QUESTÃO 84

O sistema de controle interno, mantido de forma integrada pelos Poderes da União, tem, entre suas finalidades, a atribuição de

- A elaborar e executar a programação financeira da União.
- B apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal na administração direta e indireta.
- C sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- D exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- E promover a consolidação das contas nacionais.

### QUESTÃO 85

Vários estados da Federação enfrentavam problemas relacionados à entrega de correspondências: o percentual de cartas não entregues havia dobrado e, conforme o tipo de encomenda, os atrasos tinham quintuplicado. Em razão disso, um deputado federal apresentou requerimento de convocação do ministro das Comunicações para que este prestasse esclarecimentos sobre as principais razões para essa crise dos serviços postais no Brasil. O pedido foi aprovado pela maioria absoluta do plenário, e foi efetuada a convocação do ministro.

Nessa situação hipotética, a Câmara Legislativa exerceu o controle

- A administrativo.
- B parlamentar.
- C judicial.
- D interno.
- E prévio.

### QUESTÃO 86

Com relação ao pedido escrito de informação no âmbito do controle parlamentar, assinale a opção correta.

- A A legitimidade ativa para requerer informações por pedido escrito é da Câmara dos Deputados e do Senado Federal exclusivamente, sendo vedado o requerimento pelas comissões de cada uma dessas Casas.
- B É permitido impetrar mandado de segurança a fim de compelir determinada autoridade estatal a prestar as devidas informações caso a autoridade não tenha atendido ao pedido.
- C O pedido escrito de informação tem por finalidade a obtenção de informações relacionadas com o exercício das atribuições da administração pública.
- D A legitimidade passiva para o fornecimento de informações é apenas dos ministros de Estado.
- E O prazo estipulado para que as informações sejam devidamente prestadas é de trinta dias, cabendo prorrogação por igual período.

**QUESTÃO 87**

O controle externo da execução orçamentária da administração pública pelos tribunais de contas

- A** compreende a averiguação da legalidade dos atos de que resulte a arrecadação de receita ou a realização de despesa.
- B** abrange a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de nomeação para cargos de provimento em comissão.
- C** compreende a apreciação da legalidade dos atos de que resultem a previsão de receita e a fixação de despesa, assim como as nomeações para cargo de provimento em comissão.
- D** é realizado unicamente por meio de ofício, quando executado na fiscalização de editais de licitação de bens.
- E** abrange os órgãos integrantes das administrações direta e indireta, salvo aqueles que executam atividades do Poder Judiciário.

**QUESTÃO 88**

O tribunal de contas de determinado estado emitiu parecer prévio favorável à aprovação das contas anuais referentes ao exercício de 2017 do governo de determinado município do estado. O parecer continha uma série de recomendações que deveriam ser cumpridas, sob pena de reflexos negativos na apreciação das contas relativas ao exercício do ano de 2018.

O parecer prévio é

- A** um meio de controle para provocar o reexame de atos administrativos.
- B** um meio de controle inerente ao poder hierárquico.
- C** peça técnico-jurídica de natureza opinativa cuja finalidade é subsidiar o julgamento das contas pelo Poder Legislativo.
- D** emitido pelo órgão ao qual compete a fiscalização da prestação de contas anual do município e prevalecerá por decisão de três quintos dos membros da câmara municipal.
- E** peça de natureza política que orienta o Poder Legislativo no julgamento das contas prestadas anualmente pelo Poder Executivo.

**QUESTÃO 89**

No controle administrativo, o meio utilizado para se expressar oposição a atos da administração que afetam direitos ou interesses legítimos do interessado é denominado

- A** pedido de reconsideração.
- B** reclamação.
- C** recurso administrativo.
- D** representação.
- E** fiscalização hierárquica.

**QUESTÃO 90**

Um servidor aprovado em concurso público ingressou no cargo de analista de controle externo de determinado órgão e começou a atuar em atividades relativas à fiscalização e ao controle externo da arrecadação. Após o período de estágio probatório, ele passou a adulterar algumas decisões a pedido de interessados, tendo recebido, em troca, expressiva vantagem econômica.

Conforme a Lei n.º 8.429/1992, em decorrência dessa conduta ímproba, o referido servidor está sujeito

- A** à prisão preventiva ou domiciliar sem perda da função pública.
- B** à perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e pagamento de multa civil.
- C** ao pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano causado e à perda da função pública.
- D** à punição de caráter penal, a multas e à reparação do dano ao erário.
- E** à pena de demissão, após processo administrativo disciplinar.

**QUESTÃO 91**

José solicitou informações relativas à gestão de determinado órgão do Poder Executivo federal. Apesar de ele ter atendido às normas de identificação estabelecidas pelo órgão em questão, foi-lhe negado o acesso às informações requeridas. Em razão dessa recusa, José apresentou recurso à autoridade hierarquicamente superior àquela que exarou a primeira decisão, mas novamente seu acesso foi negado.

Nessa situação hipotética, de acordo com a Lei de Acesso à Informação, para tentar ter acesso às informações requeridas, José poderá recorrer

- A** ao Congresso Nacional.
- B** à Controladoria-Geral da União (CGU).
- C** ao Tribunal de Contas da União (TCU).
- D** à Advocacia-Geral da União (AGU).
- E** à Defensoria Pública da União (DPU).

**QUESTÃO 92**

De acordo com o que determina a Resolução n.º 12/2008 — Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais —, as contas de determinado gestor deverão ser consideradas ilíquidas caso

- A** comprovem grave infração à norma legal ou regulamentar, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial.
- B** evidenciem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal, mesmo que não causem dano ao erário.
- C** venha a ser materialmente impossível o julgamento de mérito, por motivo de força maior ou caso fortuito.
- D** expressem inexistência dos demonstrativos contábeis, mesmo que os atos de gestão do responsável sejam legais, legítimos, econômicos e razoáveis.
- E** comprovem dano injustificado ao erário em decorrência de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico.

**QUESTÃO 93**

Julgue os itens a seguir, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF).

- I O TCU tem competência para fiscalizar procedimentos de licitação e pode expedir medidas cautelares para prevenir lesão ao erário.
- II É constitucional norma estadual que estabelece a competência do respectivo tribunal de contas para realizar exame prévio de validade de contratos firmados com o poder público.
- III A revogação ou a anulação de aposentadoria já apreciada e registrada pelo TCU prescinde de nova aprovação do colegiado desse órgão para se confirmar, ao contrário do que ocorre com a anulação dos atos de admissão.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

**QUESTÃO 94**

Proferidas por meio de acórdãos nos quais são consubstanciados os julgamentos de contas e de processos oriundos de fiscalizações, as decisões do TCU

- A estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STF.
- B são irreformáveis pelo Poder Judiciário, uma vez que o TCU é cúpula da jurisdição administrativa, que não se confunde com a jurisdição do Poder Judiciário.
- C são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso extraordinário interposto para o STF.
- D são reformáveis pelo Poder Judiciário, por meio de recurso especial interposto para o STJ.
- E estão sujeitas ao controle do Poder Judiciário, por meio de mandado de segurança de competência originária do STJ.

**QUESTÃO 95**

Uma sociedade de economia mista da União realizou procedimento licitatório, conforme norma a ela aplicável, para elaboração de projeto executivo e construção da nova sede da empresa. O procedimento foi encerrado com a contratação da construtora vencedora. Durante a execução da obra, o gerente responsável pagou à construtora por etapa ainda não concluída, sob a alegação de que esse pagamento propiciaria o término dos trabalhos em menor prazo. Em fiscalização, equipe do TCU entendeu que o referido pagamento adiantado contrariava as normas aplicáveis à execução do contrato.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A A CF não estabelece, por si, cominações aplicáveis à situação em apreço, mas prevê a possibilidade de aplicação de multa pelo TCU ao gerente responsável, desde que prevista em lei.
- B O TCU pode, caso verifique ilegalidades, assinar prazo para que a empresa adote as providências para cumprimento da lei; para isso, no entanto, o tribunal deve ser autorizado pelo Congresso Nacional.
- C A referida sociedade de economia mista da União é uma empresa estatal que não recebe recursos do Tesouro Nacional; por conseguinte, o TCU não possui competência para fiscalizar seus atos.
- D O TCU possui competência para fiscalizar atos dessa sociedade de economia mista da União, devendo tal fiscalização ser requerida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal.
- E O TCU deve sustar imediatamente o contrato em execução e, na sequência, comunicar o fato ao Congresso Nacional, para que este tome as demais providências.

**QUESTÃO 96**

Um servidor efetivo do Tribunal de Contas de Minas Gerais (TCE/MG) cometeu falta em serviço. Instaurado processo administrativo-disciplinar contra o servidor, foi garantido a ele o direito ao contraditório e à ampla defesa. O entendimento final foi que o servidor desempenhou conduta irregular.

Nessa situação hipotética, a aplicação da sanção cabível ao servidor será feita pelo

- A presidente do TCE/MG.
- B secretário-geral do TCE/MG.
- C diretor-geral do TCE/MG.
- D corregedor do TCE/MG.
- E plenário do TCE/MG.

Espaço livre

**QUESTÃO 97**

Além dos conselheiros, o TCE/MG compõe-se de quatro auditores que substituem os conselheiros em caso de ausência e impedimentos destes últimos. A esses auditores são asseguradas as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos e subsídio de

- A** ministros do STJ.
- B** juízes de última instância.
- C** procuradores do Ministério Público Federal.
- D** secretários estaduais.
- E** desembargadores.

**QUESTÃO 98**

O TCE/MG, ao constatar irregularidade em obrigação por ele determinada em processo de sua competência, poderá aplicar a sanção de

- A** perda dos direitos políticos.
- B** declaração de inelegibilidade.
- C** inabilitação para o exercício de cargo em comissão.
- D** perda de bens na quantia do débito.
- E** suspensão dos direitos políticos.

**QUESTÃO 99**

Um secretário de estado de Minas Gerais, provocado pela equipe técnica da sua secretaria, encaminhou consulta ao TCE/MG, a fim de obter o entendimento desse tribunal a respeito da aplicação correta de norma com repercussão financeira e orçamentária, mas que não versava sobre caso concreto.

Nessa situação, o TCE/MG deverá deliberar mediante

- A** instrução.
- B** resolução.
- C** parecer.
- D** acórdão.
- E** provimento.

**QUESTÃO 100**

Um gestor público do estado de Minas Gerais praticou irregularidade em procedimento licitatório. Como consequência, o TCE/MG, em caráter definitivo, rejeitou suas contas e o condenou ao pagamento de multa. No entanto, foi constatada divergência entre essa decisão e outra, em caso análogo, que havia sido proferida pelo Tribunal Pleno.

Nessa situação hipotética, contra a decisão definitiva, o gestor poderá valer-se de

- A** recurso de reconsideração.
- B** embargos de declaração.
- C** recurso de agravo.
- D** embargos infringentes.
- E** recurso de revisão.